

## **A UNIVERSIDADE PARA A TERCEIRA IDADE NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DA PESSOA IDOSA**

Marcella Guimarães Assis<sup>1</sup>  
Rosângela Corrêa Dias<sup>2</sup>  
Ruth Myssior Necha<sup>3</sup>

### **1 INTRODUÇÃO**

O envelhecimento populacional e a crescente longevidade dos indivíduos ressaltam a necessidade de uma mudança de olhar em relação a essa fase do desenvolvimento humano. A velhice na sociedade atual pode se estender por várias décadas, o que torna fundamental a criação de meios para garantir um envelhecimento ativo e com qualidade de vida para todos os cidadãos.

Nesse sentido, o papel da educação é inquestionável. A proposta de educação ao longo da vida surgiu em 1970 e nas décadas seguintes passou por períodos de recuo e avanço. Contudo, esse processo de educação ao longo da vida é bastante diversificado e inclui uma demanda social multifacetada, com algumas pessoas idosas vivendo com dignidade e em ambientes muito estimulantes, enquanto outras vivem em situação de fragilidade e sem suas necessidades básicas satisfeitas (Palma, 2000).

Nesse contexto, caracterizado pela diversidade e desigualdade social, surgiram os diferentes programas destinados a pessoas idosas, desenvolvidos no Brasil a partir da década de 1970. Entre estes programas, denominados de diversas maneiras, as universidades para a terceira idade têm proliferado nos centros urbanos e pautado novas discussões sobre o processo de envelhecimento na sociedade brasileira. A partir de uma abordagem interdisciplinar, na qual deve ser ancorada a educação

---

1. Professora titular do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG; diretora de políticas de extensão da UFMG; e coordenadora da Universidade Aberta para a Terceira Idade da UFMG.

2. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação da EEFFTO/UFMG; e coordenadora da Universidade Aberta para a Terceira Idade da UFMG.

3. Professora do curso de serviço social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) em Contagem; professora da pós-graduação em gerontologia pelo Instituto de Educação Continuada (IEC) da PUC Minas; e coordenadora do programa Universidade Aberta ao Idoso (Unai) da PUC Minas.

permanente, a pessoa idosa é estimulada a assumir o papel de protagonista do seu aprendizado (Palma, 2000; Cachioni, 2003).

No Brasil, diversas políticas públicas, estabelecidas na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), na Política Nacional do Idoso (PNI) e no Estatuto do Idoso, fazem referência ao papel dos programas de universidade para a terceira idade. Contudo, cabe refletir neste capítulo sobre o hiato existente entre o conteúdo das leis e a sua efetiva implementação.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS: POSSIBILIDADES E LIMITES

Os direitos das pessoas idosas regulamentados pela CF/1988, inicialmente de cunho protetivo e fortemente marcados pela visão negativa da velhice, foram sendo paulatinamente ampliados a partir da promulgação de outras leis, como a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a PNI, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, ambas gerando repercussões em termos legais e políticos. A Constituição foi o primeiro mecanismo legal a garantir os direitos da pessoa idosa (Lobato, 2004). O art. 230 regulamenta que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (Brasil, 1988).

Na década de 1980, também merece destaque a criação, nas regiões Sudeste e Sul, de associações e conselhos compostos por instituições governamentais e não governamentais, com a participação dos idosos que se organizaram coletivamente. Além das associações e dos conselhos, ressalta-se a presença de grupos de trabalho junto a diferentes ministérios, que subsidiaram a criação de um projeto de PNI. Após um longo período de discussões e debates envolvendo a sociedade e os movimentos sociais, na década de 1990, foi implementada a Lei nº 8.842/1994 (Lobato, 2004).

A PNI determina que sejam assegurados os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva, bem como versa sobre as competências dos órgãos e entidades públicos na sua implementação. De forma explícita, no item referente à área de educação, a norma regulamenta o apoio à “criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber” (Brasil, 1994, art. 10, inciso III, alínea f). No mesmo item, ela institui a necessidade de desenvolvimento de programas na modalidade de ensino à distância adequados à população idosa.

A participação dos idosos também está presente em outras políticas, como nas referentes à área da saúde. Como parte dos desdobramentos da PNI, foi promulgada pela Portaria nº 1.395, de 10 de dezembro de 1999, a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI), que foi posteriormente atualizada pela Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006, que instituiu a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa

(PNSPI). Esta política apresenta como finalidade “recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde” (Brasil, 2006).

A PNSPI tem como desafio a articulação do complexo sistema de saúde pública às necessidades da população idosa, numa realidade assinalada pela iniquidade social. Entre as diretrizes desta política, ressalta-se a promoção do envelhecimento ativo e saudável (item 3.1), que enfatiza a necessidade de “facilitar a participação das pessoas idosas em equipamentos sociais, grupos de terceira idade, atividade física, conselhos de saúde locais e conselhos comunitários onde o idoso possa ser ouvido e apresentar suas demandas e prioridades” (Brasil, 2006).

Assim, embora a PNI tenha contribuído para colocar a pessoa idosa na pauta das políticas públicas, cabe ressaltar que, até os dias atuais, falta muito para que esta política seja de fato implementada (Oliveira, Oliveira e Scoretegagna, 2004). Especificamente em relação ao acesso das pessoas idosas às formas de saber, muito investimento é necessário para suprir a carência acumulada ao longo de várias décadas.

Em 2003, foi aprovado o Estatuto do Idoso, que resgata os princípios constitucionais e dá mais um passo em direção à ampliação dos direitos da pessoa idosa (Rodrigues, 2007). O estatuto surge em parte como reflexo da não implementação da PNI e por isso mesmo reitera vários de seus dispositivos, com o intuito de “regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (Brasil, 2003, art. 1º). Ele reafirma o direito da pessoa idosa a educação, cultura, lazer e esporte (art. 20), bem como regulamenta que o poder público criará oportunidades de acesso do idoso à educação (art. 21) e apoiará a criação de universidades abertas para as pessoas idosas (art. 25). Apesar disso, cabe ressaltar que muitos dos artigos ainda estão distantes da realidade da maioria da população idosa brasileira.

Assim, apesar do vasto arcabouço legal, constata-se que existe um hiato entre essas leis e a garantia dos direitos sociais das pessoas idosas, embora as temáticas da educação e da participação social tenham sido contempladas nos diferentes textos. As oportunidades de educação e de participação social devem ser verdadeiramente garantidas visando a uma melhoria geral da qualidade de vida e um exercício amplo do direito de cidadania.

A participação das pessoas idosas em equipamentos sociais, grupos e universidades para a terceira idade, ainda que de maneira heterogênea entre a população das diferentes regiões brasileiras, vem aumentando. Nesse sentido, a universidade voltada para o segmento idoso precisa ser considerada um cenário privilegiado para estimular a participação social, ampliar as discussões sobre as

demandas de políticas públicas, e resgatar a dignidade e a cidadania da pessoa idosa. Contudo, a proliferação de tais universidades no país, em universidades públicas e privadas, não tem garantido um acesso igualitário e universal por parte das pessoas idosas. E, embora tenham contribuído para ampliar o protagonismo desta faixa etária, mesmo que de modo tímido e limitado se consideradas as dimensões continentais do país, demandam ainda muito investimento e reflexões.

O envolvimento da pessoa idosa como protagonista do processo de envelhecimento, ocupando os espaços já existentes e criando outros que englobem a diversidade desse processo, apesar de presente nos dispositivos legais, ainda está longe de ser efetivo. Ressalta-se também a ausência de qualquer referência ao envelhecimento ou às universidades abertas à terceira idade no Plano Nacional de Educação (2014-2024). Porém, se a educação dos mais velhos é condição *sine qua non* para a promoção do seu protagonismo e da sua participação na sociedade, como mudar o atual cenário nacional?

### 3 AS UNIVERSIDADES PARA A TERCEIRA IDADE NO BRASIL

#### 3.1 Breve retrospectiva histórica

Na década de 1960, na França, foram criadas as universidades de tempo livre, precursoras das universidades da terceira idade, visando preencher o tempo de uma população cada vez mais longeva com atividades ocupacionais e lúdicas. Em 1973, na cidade de Toulouse, Pierre Vellas fundou a primeira universidade da terceira idade (a Université du Troisième Âge – UTA) com o objetivo de tirar os idosos do isolamento, promover sua saúde, estimular seu interesse pela vida e modificar sua imagem diante da sociedade.

Ademais, a UTA visava propiciar o protagonismo das pessoas idosas na tomada de decisão sobre seus problemas; colocar o ambiente universitário a serviço dos idosos e, desta forma, diminuir a marginalização e ampliar a inclusão deles na vida social; bem como aprofundar as pesquisas gerontológicas com a participação das pessoas idosas como investigadores e investigados (Palma, 2000). Progressivamente, esse modelo francês de universidade, fundamentado no sistema universitário tradicional, expandiu-se para diversas localizações em todo o mundo, com variações determinadas por características históricas, políticas e culturais (Cachioni, 2012).

O programa de universidades da terceira idade chegou à América Latina no início da década de 1980, pela Universidad Abierta Uruguay (UNI 3 Uruguay), com sede em Montevideu. A UNI 3 Uruguay era uma universidade aberta que funcionava independentemente, sem vínculo com nenhuma universidade tradicional. Sua proposta pautava-se nos princípios da educação permanente, com foco na educação participativa, que estabelece vínculo entre docentes e participantes, alternando os

papéis de educando e educador. Entre seus objetivos, destacavam-se a recuperação do valor social, cultural e econômico do idoso; a promoção da sua autoestima, permitindo-lhe uma vida útil e plena; o alcance da sua saúde física e mental, assim como do seu bem-estar social; e ainda o acompanhamento por parte idoso dos mais recentes desenvolvimentos tecnológicos (Palma, 2000).

No Brasil, no final dos anos 1970, baseado na experiência francesa, o Serviço Social do Comércio (Sesc) de São Paulo implementou as escolas abertas da terceira idade, que consistiam em um conjunto de cursos destinados à reflexão sobre temas da atualidade e questões referentes ao envelhecimento (Ferrigno, 2013). No início dos anos 1980, várias universidades brasileiras, públicas e privadas, criaram as faculdades e universidades abertas à terceira idade.

As universidades brasileiras consideradas pioneiras no trabalho com a população idosa foram a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que, em 1982, criou o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (Neti); e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que, no mesmo ano, criou o Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade – Nieati (Palma, 2000; Cachioni, 1999). O Neti foi o primeiro programa universitário brasileiro criado para realizar estudos, divulgar conhecimentos técnicos e científicos relativos ao envelhecimento, formar recursos humanos e promover o cidadão idoso. Ainda na década de 1980, a Universidade Estadual do Ceará (Uece) criou, em 1988, a Universidade sem Fronteiras (Cachioni, 1999).

Desde então os programas se multiplicaram em universidades brasileiras, com destaque para a década de 1990, que presenciou a rápida expansão das universidades da terceira idade (Palma, 2000). Em uma breve retrospectiva, destaca-se a criação de algumas delas (UFMG, 1994; Cachioni, 1999; Debert, 1999; Palma, 2000; Lobato, 2004; Oliveira, Oliveira e Scortegagna, 2004):

- em 1990, criação da Universidade da Terceira Idade na PUC-Campinas;
- em 1992, criação da Universidade Aberta à Terceira Idade na Universidade Católica de Goiás (UCG), e da Universidade Aberta à Terceira Idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa (Uati/UEPG); e
- em 1993, criação da Universidade Aberta à Terceira Idade na Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Aberta da Terceira Idade na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Unati/Uerj), da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UFMG, e da Universidade Aberta ao Idoso (Unai) na PUC Minas.

Hoje existem mais de duzentas instituições de ensino superior desenvolvendo programas de universidades para a terceira idade no Brasil (Cachioni, 2012). Cabe destacar que estes programas possuem diferentes denominações e seguem modelos

pedagógicos diversos, mas têm propósitos comuns como promover o resgate da cidadania e da autoestima; incentivar a autonomia, a independência, a autoexpressão e a reinserção social em busca de um envelhecimento bem-sucedido; e rever os estereótipos e os preconceitos com relação à velhice (Veras e Caldas, 2004a). Em geral, as atividades convergem para um maior conhecimento do corpo e dos processos mentais; para a consciência dos direitos e dos deveres como cidadãos; e para a estimulação da convivência social. Além disso, pela socialização promovida, propiciam a partilha de experiências de vida e incentivam a produção de saberes. Enfim, todas as iniciativas visam a um envelhecimento ativo com qualidade de vida (Gomes, Loures e Alencar, 2005).

Na trajetória histórica das universidades para a terceira idade no Brasil, inúmeras são as evidências de que essa iniciativa tem sido efetiva (Mazo *et al.*, 2009; Irigaray e Schneider, 2008; Gomes, Loures e Alencar, 2005; Veras e Caldas, 2004b) e em acordo com as premissas estabelecidas pelos pilares da Organização Mundial da Saúde (OMS), baseados na segurança, na saúde e na participação em todas as esferas da vida social e política de um cidadão (OMS, 2005). Contudo, cabe ressaltar que muito investimento ainda precisa ser realizado, considerando-se a concentração das universidades voltadas para o segmento idoso nos grandes centros e a forma heterogênea de distribuição pelas diferentes regiões brasileiras.

### 3.2 Apresentação de experiências

Para ilustrar a trajetória das universidades para a terceira idade, selecionamos duas experiências exitosas em Minas Gerais, com mais de vinte anos de existência cada uma, a serem explicitadas nas subseções a seguir: a Universidade Aberta para a Terceira Idade da UFMG e a Unai da PUC Minas.

#### 3.2.1 Universidade Aberta para a Terceira Idade da UFMG

Foi criada em 1993, por meio de um projeto de extensão universitária, com o objetivo de: *i*) instrumentalizar a população idosa para um envelhecimento ativo e com qualidade de vida; e *ii*) capacitar recursos humanos. O primeiro objetivo tem sido atingido por meio do desenvolvimento de atividades diversificadas que estimulam o envolvimento das pessoas idosas de modo crítico e participativo. O segundo inclui a oferta de estágios para acadêmicos de diferentes cursos de graduação e a realização, anual, de seminários destinados a profissionais e alunos da saúde e de áreas afins, abordando temas gerontológicos.

O projeto é desenvolvido anualmente e, ao longo de 23 anos ininterruptos, tem sido frequentado por centenas de pessoas idosas. Um conjunto de conteúdos específicos ancora as atividades desenvolvidas e está estruturado em quatro módulos: saúde e envelhecimento; movimento e qualidade de vida; aspectos psicológicos e

sociais; e cotidiano e cultura. Os diversos conteúdos eleitos em cada uma dessas temáticas são indicados pelas pessoas idosas participantes, pela coordenação da Universidade Aberta para a Terceira Idade e pelos acadêmicos bolsistas e voluntários.

A metodologia de ensino privilegia a participação da pessoa idosa como sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem, e os temas, instigantes e atuais, são abordados por meio de diferentes atividades como oficinas, seminários, mesas-redondas, aulas teóricas e práticas, rodas de conversa e atividades socioculturais. A exposição dialogada dos assuntos estimula uma postura mais crítica e reflexiva em relação não só ao processo de envelhecimento, mas também à realidade atual; e possibilita ainda que os participantes relatem suas histórias e trajetórias de vida, numa profícua troca de saberes e experiências.

As atividades são desenvolvidas por docentes da UFMG com diversas formações e por profissionais de destaque, na área da gerontologia, do estado de Minas Gerais. Cabe ressaltar a participação efetiva das pessoas idosas que frequentam o projeto na realização de atividades e aulas mensais. Os participantes são estimulados, a partir de sua formação profissional e/ou experiências de vida, a compartilhar seus saberes com o grupo. Inicialmente, o envolvimento nessa atividade foi discreto, mas atualmente os participantes se oferecem espontaneamente e em maior número para fazê-lo, mostrando-se motivados e interessados em desenvolver a atividade e/ou ministrar as aulas.

O perfil das pessoas idosas que frequentam o projeto é o seguinte: predominam mulheres, em sua maioria viúvas ou casadas, com média de 74 anos e escolaridade diversificada, incluindo desde pessoas analfabetas até pessoas com curso superior. Esse perfil coincide com o de outras universidades para a terceira idade no país (Lobato, 2004; Debert, 1999).

Ao longo de mais de duas décadas de existência, vários trabalhos foram apresentados pelos coordenadores e acadêmicos em eventos científicos nacionais e internacionais; dissertações de mestrado foram produzidas; inúmeros seminários, realizados; e várias parcerias de trabalho, instituídas. O número crescente de pessoas idosas que participam ativamente do projeto, a cada ano, reafirma a convicção de que o processo de envelhecimento está sendo revisto e de que novos olhares têm possibilitado uma maior abertura ao conhecimento e ao compartilhamento de aprendizados.

Essa trajetória da Universidade Aberta para a Terceira Idade na UFMG suscita alguns desafios, com destaque para a necessidade de tornar o projeto mais motivador para o público masculino, ampliando a sua participação, e desenvolver novas ações com ênfase na intergeracionalidade. Desafios estes que demandarão um envolvimento cotidiano e uma interlocução afinada entre todos os atores envolvidos.

### 3.2.2 Unai da PUC Minas

Em 1990 foi criado o Núcleo de Apoio Institucional e Interdisciplinar à Terceira Idade (NAI 3ª Idade) na PUC Minas. Em 1991 foi criado o projeto Universidade para a Terceira Idade, que foi desenvolvido de 1992 a 1996, no *campus* de Belo Horizonte, mas, por motivos institucionais, foi interrompido. Posteriormente, em 2004, foi retomado no núcleo universitário de Contagem da PUC Minas, com a denominação Universidade Aberta ao Idoso, após aprovação do projeto pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex).

A Unai objetiva possibilitar o acesso de pessoas acima de 55 anos à educação permanente; criar oportunidade para novos conhecimentos e para a atualização de informações; assegurar os direitos sociais do idoso; e promover a autonomia, a integração, a participação efetiva na sociedade e a ampliação da rede de relações sociais. Visa ainda propiciar a integração entre a universidade e a comunidade a partir da vocação comunitária da instituição, criando um espaço interdisciplinar e interdepartamental de estudo, pesquisa e ação, assim como propiciar trocas de experiências intergeracionais e abertura de espaço de estágio para alunos de diferentes formações.

O projeto, desenvolvido anualmente, é constituído por três eixos interligados e interdependentes: o eixo básico, o eixo de atualização e o eixo de dinâmicas. O primeiro aborda a promoção da saúde; o conhecimento dos aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais do envelhecimento; o direito e a cidadania; a família e o envelhecimento; o humanismo e a espiritualidade; as redes sociais; e os aspectos organizativos e associativos dos idosos e aposentados. O segundo enfatiza a conjuntura social, política e econômica do Brasil; a cultura e a vida cotidiana; o meio ambiente; a literatura, a história, a arte, a música, o cinema; e as questões da contemporaneidade. No terceiro, ocorrem reflexões sobre temas de interesse do grupo; atividades sociorecreativas; visitas programadas e orientadas; passeios; confraternizações; e vivências intergeracionais. Ressaltam-se também o desenvolvimento de oficinas de criatividade e a descoberta de potencialidades.

O corpo docente é composto por professores da instituição identificados com a temática; alunos da pós-graduação em gerontologia da PUC Minas e de outras instituições de ensino; idosos participantes do projeto; alunos de diferentes cursos da graduação; profissionais que tiveram experiência como extensionistas; e profissionais convidados. O público que frequenta a Unai é constituído por pessoas com uma média de 65 anos, predominantemente mulheres, viúvas ou casadas, com baixa escolaridade.

Desde a sua implantação, o programa ganhou espaço na PUC, constatado pelo interesse e participação de professores de diferentes cursos, funcionários e alunos da graduação, e pela procura por assessoria e orientação sobre questões relativas ao



envelhecimento por parte de outras instituições de ensino superior, prefeituras e profissionais. Entre os resultados atingidos na primeira fase, de 1992 a 1996, destaca-se a publicação, em 1993, 1994 e 1995, dos cadernos *No meu tempo era assim...*, elaborados pelos participantes da universidade nas oficinas de reminiscências (Debert, 1999).

A PUC Minas, por meio da Unai, se faz representar no Conselho Municipal do Idoso de Contagem. A referida participação é exercida por uma pessoa idosa eleita no grupo, envolvida ativamente nas ações do conselho, exercendo protagonismo social.

Um grande desafio que se apresenta é contribuir para a mudança de olhar sobre a velhice e o envelhecimento, ultrapassando e derrubando mitos e preconceitos sociais. É essencial que surjam políticas sociais que atendam às necessidades da população idosa, favorecendo a sua valorização enquanto pessoas capazes de conduzir suas próprias vidas, e que as universidades abertas ao idoso sejam multiplicadoras da busca de novos conhecimentos, contribuindo para a concretização da cidadania.

O questionamento que permanece é: se as experiências são positivas e podem de algum modo favorecer o protagonismo e a participação social de pessoas idosas, por que apenas cerca de duzentas universidades para a terceira idade existem no Brasil?

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade para a terceira idade pode e deve funcionar como um elo nesta cadeia de construção da cidadania na velhice brasileira. Entretanto, a sua inclusão nos dispositivos legais, até o momento, não foi suficiente para garantir a sua implementação em todas as regiões brasileiras nem o acesso de pessoas idosas com diferentes perfis socioeconômicos.

Os desafios a serem enfrentados são inúmeros, com destaque para a necessidade de ampliação desse equipamento social, de forma mais homogênea pelo território nacional. Para tanto, é fundamental a realização de um mapeamento oficial, à semelhança do censo da educação, que revele o real dimensionamento das universidades para a terceira idade no país, bem como o perfil dos idosos que as frequentam e dos docentes envolvidos, o número de vagas ofertadas, a carga horária e os resultados atingidos. Além disso, para favorecer o desejável protagonismo das pessoas idosas nas universidades, os professores devem ser capacitados para utilizar metodologias específicas e ativas que valorizem as experiências e as histórias de vida dos participantes.

A trajetória a ser trilhada é longa e precisa envolver e sensibilizar a sociedade civil e o poder público. Se, por um lado, o Estado apresenta uma fleuma na implementação das políticas, por outro, a sociedade civil necessita de uma maior mobilização e conscientização acerca da necessidade de resgatar a dignidade e a cidadania das pessoas idosas. Somente a partir de uma ação conjunta destes dois protagonistas, uma sociedade mais inclusiva e justa poderá ser vislumbrada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 77, 5 jan.1994.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 3 out. 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Regulamenta a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e dá providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 142, 20 out. 2006.

CACHIONI, M. Universidade da terceira idade: das origens à experiência brasileira. *In*: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (Org.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papirus, 1999. p. 141-178.

\_\_\_\_\_. **Quem educa os idosos?** Um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. Campinas: Editora Alínea, 2003. p. 19-78.

\_\_\_\_\_. Universidade da terceira idade: história e pesquisa. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 15, n. 7, p. 1-8, dez. 2012.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 1999.

FERRIGNO, J. C. **Conflitos e cooperação entre gerações**. São Paulo: Edições Sesc-SP, 2013.

GOMES, L.; LOURES, M. C.; ALENCAR, J. Universidades abertas da terceira idade. **História da Educação (UFPEL)**, Pelotas, v. 17, p. 119-135, 2005.

IRIGARAY, T. Q.; SCHNEIDER, R. H. Participação de idosos em uma universidade da terceira idade: motivos e mudanças ocorridas. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 24, n. 2, p. 211-216, 2008. (On-line).

LOBATO, A. T. G. Programa de ações de participação social e cidadania com idosos da Unati/Uerj: uma proposta educativa do serviço social. *In*: TONI, I. M.; VIEIRA, C. M. S. S.; D'ALENCAR, R. S. (Org.). **Dossiê: experiências de educação para velhice – universidades abertas à terceira idade**. Ilhéus: Editus, 2004. p. 35-61.

MAZO, G. Z. *et al.* Do diagnóstico à ação: grupo de estudos da terceira idade: alternativa para a promoção do envelhecimento ativo. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 14, n. 1, p. 65-70, 2009.

OLIVEIRA, R. C. S.; OLIVEIRA, F. S.; SCORTEGAGNA, P. A. Universidades abertas para a terceira idade: a construção de saberes para um novo olhar sobre a velhice. *In*: TONI, I. M.; VIEIRA, C. M. S. S.; D'ALENCAR, R. S. (Org.). **Dossiê**: experiências de educação para velhice – universidades abertas à terceira idade. Ilhéus: Editus, 2004. p. 101-136.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Tradução de Suzana Gontijo. Brasília: Opas/OMS, 2005. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_ativo.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2014.

PALMA, L. T. S. **Educação permanente e qualidade de vida** – indicativos para uma velhice bem-sucedida. Passo Fundo: Editora UPF, 2000. p. 51-89.

RODRIGUES, N. da C. Políticas públicas em relação ao idoso. *In*: HERÉDIA, V. B. M.; DE LORENZI, D. R. S.; FERLA, A. A. (Org.). **Envelhecimento, saúde e políticas públicas**. Caxias do Sul: Educs, 2007. p. 147-156.

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Universidade Aberta para a Terceira Idade** – projeto Maioridade. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1994. 85 p.

VERAS, R. P.; CALDAS, C. P. Promoting elderly health and citizenship: the U3A (University of Third Age) movement. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 2, p. 423-432, 2004a. (On-line).

\_\_\_\_\_. **Unati-Uerj 10 anos**: um modelo de cuidado integral para a população que envelhece. Rio de Janeiro: Uerj, 2004b. 80 p.

